

Comunicação e interseccionalidade: proposta de análise sobre o perfil da Prefeitura Municipal do Salvador no Instagram¹

Ana Victória Muniz RIBEIRO²

Claudio XAVIER³

Universidade do Estado da Bahia-UNEB, Salvador, BA

RESUMO

O presente artigo consiste em pesquisa bibliográfica sobre o pensamento interseccional, atuando como ferramenta teórico-prática de fomento da representatividade da mulher negra brasileira, sobretudo, soteropolitana. Com esse propósito, faz-se uma breve contextualização do histórico racial no Brasil, perpassando por escritos contra hegemônicos de pensadoras negras – como Lélia Gonzalez (1983) e Carla Akotirene (2019) – e novas demandas sociais e políticas que surgem em consequência à homogeneização do pensamento, oriundo da globalização em seu caráter de perversidade (SANTOS, 2003). Ademais, diante do redimensionamento das relações de poder entre organizações e seus públicos estratégicos (Baldissera, 2008), a pesquisa busca introduzir a reflexão se, de fato, as organizações têm atualizado suas práticas – para além dos seus discursos – no que tange a reparação de desigualdades.

PALAVRAS-CHAVE: Representação imagética; mulher negra; comunicação digital; interseccionalidade; decolonialidade.

INTRODUÇÃO

A construção das identidades negras e suas pautas discursivas ganharam novos contornos com a chegada das tecnologias de informação e comunicação-TICs, sobretudo impulsionadas por mulheres negras, as quais utilizam plataformas digitais para gerar conhecimento e/ou denunciar opressões sob o prisma, por exemplo, da interseccionalidade e do feminismo negro. A popularização da Internet tem possibilitado a produção de diálogos sobre ancestralidade negra, representatividade racial e desigualdade social, assim como a expressão das vivências e conhecimentos dentro das comunidades negras, que fogem o ‘saber’ ocidental, branco, cis-heteropatriarcal, no qual o chamado ‘saber’ institucionalizado toma os EUA e Europa como referência universal de construção de conhecimento em todas as instâncias.

¹ Trabalho apresentado no IJ08 – Estudos Interdisciplinares da Comunicação, XXII Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do 45º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Estudante do Curso Comunicação Social - Relações Públicas da UNEB-BA, e-mail: anamunizjpg3@gmail.com.

³ Orientador da pesquisa. Professor Adjunto do Curso de Comunicação Social - Relações Públicas da UNEB-BA, e-mail: rcxavier@uneb.br

O avanço das discussões acerca das pautas identitárias tem forçado instituições públicas e privadas a reverem suas práticas comunicacionais dentro e fora do ambiente organizacional. No cenário de integração das mídias com o cotidiano dos indivíduos, os públicos tensionam as organizações com uma espécie de pressão que é realizada via *posts*, menções, comentários e/ou *likes* e *deslikes*. Ou seja, com a possibilidade de interação e expressão desses públicos, aumenta-se o poder de influenciar nos processos de tomada de decisão das organizações. Isso tem gerado mudanças nas antigas “práticas comunicacionais, bem como nas lógicas de presença e regimes de visibilidade, [...] também foram redimensionadas as relações de poder” (Baldissera, 2017). Nesse contexto, mudanças começam a ser implementadas nos processos internos das organizações, como criação de seleções voltadas exclusivamente para contratação de pessoas negras, assim como a transformação dos modos de fala autorizada – comunicação comunicada (Baldissera, 2017), incorporando mais representatividade negra em suas campanhas e publicações em redes sociais.

Esse processo de inclusão de negros e negras tem sido lento e, por vezes, pouco estruturante, tendo em vista que, de acordo com dados da Pnad, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)⁴, homens negros e mulheres negras ainda são minoria em cargos de liderança no Brasil, ocupando 2,6% e 2,4%, respectivamente. Também segundo dados do IBGE em parceria com o site Quero Bolsa⁵, entre os anos de 2010 e 2019, o número de alunos negros no ensino superior cresceu quase 400%. Pessoas negras chegaram a 38,15% do total de matriculados, percentual ainda abaixo de sua representatividade no conjunto da população – 56%. Os dados revelam que dentro do contexto do capitalismo e da globalização, o crescimento econômico, o livre mercado e o acúmulo de capital por poucos (Santos, 2001) não é possível subtrair a exploração de grupos sociais minoritários mesmo com o impulsionamento de pautas identitárias.

Levando em consideração que mídia, cultura e sociedade estão envolvidas no processo de mudança social (Hjarvard, 2015), os chamados atores hegemônicos fazem uso das mídias visando benefícios próprios, conforme a manutenção de privilégios

⁴ Homens e mulheres negros ainda são minoria em cargos de liderança no Brasil. Acesso em: 23 mai. 2022. Disponível em: < <https://www.cnnbrasil.com.br/noticias/homens-e-mulheres-negros-ainda-sao-minoria-em-cargos-de-lideranca-no-brasil/>>.

⁵ Cresce total de negros em universidades, mas acesso é desigual. Acesso em: 23 mai. 2022. Disponível em: < <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2020-11/cresce-total-de-negros-em-universidades-mas-acesso-e-desigual>>.

desses grupos sociais. Historicamente, no Brasil, alguns desses atores hegemônicos são diretamente ligados à política institucional, acumulam capital e têm relação de proximidade com os meios de comunicação tradicionais. No livro “Chatô: o Rei do Brasil”, Fernando Morais revela os bastidores da política no século 20, a evolução da comunicação num país que tinha como única fonte de informação o jornal impresso, além de apresentar a história do comunicador mais prestigiado do Brasil, Assis Chateaubriand.

Fundador dos *Diários Associados*, conglomerado de quase cem jornais, revistas e emissoras de rádio e de televisão – um dos grupos mais importantes do Brasil, até então –, Chateaubriand influenciou na política brasileira de forma massiva, nos bastidores e fora dele; suas contribuições vão desde “apoio implícito” a candidatos à cargos públicos até escritos anticomunistas, por exemplo. A imprensa teve papel fundamental para desqualificação da ideologia do comunismo enquanto possível sistema de organização social. Ao denominá-lo como “ameaça vermelha”, colocando comunistas como “violentos” e “totalitários”, a imprensa de Chatô não escondia qual posição defendia. Com isso, a estrutura fundante de integração da sociedade brasileira por meio da comunicação sucedeu de acordo com a ideologia da classe dominante, lógica que segue imutável na contemporaneidade, seguindo os imperativos de alguns poucos grupos e interesses particulares.

Ademais, cabe destacar, no Brasil, há um grande apreço pela genealogia do nepotismo. Famílias como a Marinho, dona do Grupo Globo, com nove veículos de comunicação (Rio de Janeiro); a família Sarney, Rede RBS, com quatro veículos (Maranhão); e a família Magalhães, fundadora da Rede Bahia, filial do Grupo Globo no estado da Bahia, têm grande influência na disseminação de informação na esfera pública. De acordo com Stuart Hall (1997), em nome da manutenção da ordem social e simbólica, grupos politicamente minoritários são estereotipados, demarcando o “normal” e o “desviante”, o que “pertence” e o que “não pertence”. Acrescentamos que, dentro de uma sociedade altamente midiaticizada, esse padrão não se diferencia.

Considerando a relação entre midiaticização, grupos dominantes envolvidos com a política institucional e perpetuação de estereótipos; considerando, ainda, que o sistema se atualiza e, por vezes, se apropria de progressos impulsionados pelos movimentos sociais e/ou suas demandas, utilizando da comunicação para fins de interesses próprios, a pesquisa bibliográfica em questão contribui para responder a seguinte questão: como a

Prefeitura Municipal de Salvador, através do seu perfil público no Instagram, representa a imagem da mulher negra soteropolitana e, de que modo, essa imagem se relaciona com o pensamento interseccional?

A escolha do recorte deste trabalho se apresenta, primeiramente, pela inserção e identificação geográfica da pesquisadora, mulher cis, negra, periférica e soteropolitana. A decisão de analisar a comunicação digital da Prefeitura de Salvador no Instagram se revela por 2 motivos: primeiro, embora Salvador seja a cidade com a população mais negra do Brasil⁶, seguem-se sendo eleitos apenas homens e, em sua maioria, brancos; e o segundo, a comunicação da Prefeitura Municipal de Salvador tem se atualizado em relação ao uso das novas tecnologias e normas formais e informais comuns ao ambiente digital (Hjarvard, 2015), o que exige para essa comunicação atender às demandas de equidade e justiça social a partir, inclusive, da forma que representa seus públicos nas redes sociais.

COM QUANTOS PILARES SE INVISIBILIZA UMA MULHER NEGRA?

Nos últimos anos, as discussões sobre desemprego, baixos salários e o aumento das diferenças sociais têm se tornado cada vez mais frequentes no Brasil. Esses dilemas enfrentados mundialmente têm relação íntima com a globalização e os impactos causados pela mesma nas sociedades contemporâneas, em especial no contexto da realidade brasileira.

Com base na perspectiva conceitual de globalização perversa, proposta por Milton Santos (2001), entende-se que o seu caráter perverso se origina em dois fatores constitutivos: a tirania do dinheiro e a da informação. A tirania do dinheiro é uma fase do capitalismo na qual o dinheiro em seu estado puro torna-se o motor da vida econômica e social; já a tirania da informação, seria o papel absoluto que a mesma adquiriu e como ela é fornecida para a humanidade.

Nas condições atuais, as técnicas da informação são principalmente utilizadas por um punhado de atores em função de seus objetivos particulares. Essas técnicas da informação (por enquanto) são apropriadas por alguns Estados e por algumas empresas, aprofundando assim os processos de criação de desigualdades (SANTOS, 2001, p.39).

⁶ Salvador, 470 anos: Diáspora, Religiosidade e Resistência. Acesso em: 07 jun. 2022. Disponível em: <<https://www.palmares.gov.br/?p=53773>>.

Longe dos meios de produção e, conseqüentemente, sem dispor dos controles dos mesmos, aprofundam-se ainda mais as desigualdades nos países da periferia do capitalismo, sendo o Brasil um dos maiores recortes desse exemplo. É de suma importância destacar que, embora o mito da democracia racial seja difundido pelas mídias país afora, historicamente (e ainda hoje), atesta-se que os povos negros e indígenas resistem para ser reconhecidos como sujeitos dotados de direitos e serem incluídos na política institucional.

Como retratado no documentário "A cor do trabalho", feito pelo cineasta baiano Antônio Olavo, em parceria com a Superintendência de Economia Solidária da Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte da Bahia – SETRE, a escravização do povo negro, que perdurou por mais de 300 anos, culminou numa libertação sem direitos de cidadania, acesso ao trabalho formal e educação, como tentativa de apagamento desses povos, deixando-os à margem do projeto de desenvolvimento econômico e social do país em seu período inicial de democracia (OLAVO, 2014).

Após 134 anos de abolição da escravatura e apesar da população negra ou parda ser maioria no Brasil (55,8%), dados do levantamento "Desigualdades Sociais por Cor ou Raça no Brasil"⁷, divulgado pelo IBGE em 2019, explicitam os resultados dos obstáculos sistêmicos impostos a manutenção da vida digna da população negra no país. De acordo com os dados levantados em 2018, 75% das pessoas que viviam na miséria eram de cor preta ou parda; 29,9% dos cargos gerenciais eram ocupados por pretos ou pardos, contra 68,6% dos brancos; a taxa de homicídios de jovens pretos ou pardos (15 a 29 anos) era quase 3 vezes maior que a de brancos (34,0) na mesma faixa etária; ademais, somente 24,4% dos deputados federais eleitos em 2018 eram pretos ou pardos, enquanto brancos representavam 75,6%.

Com a hegemonia da globalização e do capitalismo e suas existências fundadas na exploração dos povos colonizados, essas desigualdades sistêmicas de longa data tendem a se manter estagnadas, especialmente devido ao flerte existente entre a parcela mais conservadora da sociedade e a extrema direita, que é fundamentalmente neoliberal⁸, afastando ainda mais o Estado da possível resolução das desigualdades causadas de forma sistêmica.

⁷ Desigualdades Sociais por Cor ou Raça no Brasil. Acesso em: 26 mai. 2022. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101681_informativo.pdf>

⁸ Por neoliberalismo, entende-se: mínima intervenção do Estado na economia, através de sua retirada do mercado, que, em tese, regularia a si e regularia também a ordem econômica.

Compreendendo que pessoas negras são colocadas em posição de subalternidade, não é difícil traçar um paralelo entre racismo e a globalização-capitalismo tendo em vista que, com base no pensamento de Silvio Luiz de Almeida (2020), o racismo se entrecruza com a história das crises estruturais do sistema capitalista. Ele aponta 2 fatores sistematicamente omitidos nas análises de crise econômica: o individualismo, ao reduzir a crise a um problema moral e/ou jurídico; e a especificidade que a crise assume no tocante aos grupos sociais, criticando como “esquecimento” dos estudiosos da crise sobre como as mesmas recaem de maneira perversa nos grupos minoritários.

Tanto causas como efeitos recaem apenas sobre os sujeitos e nunca são questionadas as estruturas sociais que permitem a repetição dos comportamentos e das relações que desencadeiam as crises. [...] A discriminação sistemática, processual e histórica cria uma estratificação social que se reverte em inúmeras desvantagens políticas e econômicas aos grupos minoritários, vivenciadas na forma de pobreza, salários mais baixos, menos acesso aos sistemas de saúde e educação, maiores chances de encarceramento e morte (ALMEIDA, 2020).

Em suma, pode-se traçar um paralelo entre o racismo estrutural, teorizado por Silvio Almeida, e o neoliberalismo presente na política institucional. Diante do pensamento de Lander (2005, p. 25-26), ao indicar que a naturalização da sociedade liberal decorre pelas dimensões do imperial/colonial, entre o explorar e subjugar, contribui para responder que os atores hegemônicos utilizam da política institucional para a perpetuação de desigualdades, ao passo em que recusa, reiteradamente, admitir as opressões impostas a determinados grupos minoritários, como os povos negros, a partir da exploração de forma institucionalizada e normatizada através da perversão do capitalismo, utilizando, sobretudo, a informação (e seus meios) para a manutenção dos interesses pessoais de poucos, em detrimento do sofrimento de corpos subalternizados, fora do alcance dos meios de produção e comunicação.

Não raramente, os grupos minoritários não possuem nível de organização suficiente para formar forte oposição contra a hegemonia que, quase sempre, esta munida de meios que visam à homogeneização do pensamento, como a própria imprensa tradicional. O apagamento das histórias das nações colonizadas retorna para as versões das histórias contadas sob os pontos de vista dos algozes, os europeus e os norte-americanos sempre referenciados como heróis.

De acordo com Lander (2015), é com piso na derrota dessas resistências colonizadas que as ciências sociais emergem, estruturando-se sob o período de implantação do liberalismo, se alicerçando na ideia de um conhecimento único (o científico), produzido pelo ocidente (eurocêntrico), mas universal.

Importa-se observar que, a expansão do conhecimento científico ocorreu juntamente a expansão da globalização e, de acordo com Milton Santos (2001), não se trata de uma coincidência a união das técnicas com a ciência, sendo essa tecnociência condicionada pelo mercado, não aos interesses humanos. Menos ainda, centrada nos interesses dos povos oprimidos pela política e sistema instituídos nos últimos séculos.

Na América Latina, as nações resistentes à transformação em sociedades liberais industriais têm se apresentado como obstáculos ao progresso. Na medida em que as ciências sociais atribuem aos povos latino-americanos à objetividade universal, atrelada com a leitura de que estamos em transição para a modernidade, “nega-se toda possibilidade de lógicas culturais ou cosmovisões próprias. Ao colocá-las como expressão do passado, nega-se sua contemporaneidade” (LANDER, 2005, p. 28), considerando apenas a temporalidade histórica europeia. Essas temporalidades divergentes são abordadas por Santos (2001), na medida em que a velocidade, imposta pelo sistema técnico hegemônico, não representa a velocidade vivida pela humanidade. A desconsidera, na verdade, em detrimento da velocidade como motor da economia, encontrando justificativa e significado em si mesmo, além de se tratar de uma velocidade repleta de ideologia.

É então, a partir da rejeição dessa racionalidade única, empobrecedora, alienadora e homogeneizadora, que emergem movimentos contra hegemônicos, resultado da consideração de várias temporalidades simultaneamente presentes no cotidiano (SANTOS, 2001, p. 126-127). Em complemento, para a autora Maritza Montero (1998), uma resposta a esse movimento segregador e individualista é a articulação da concepção de comunidade e participação. A autora versa ainda, que, aprender-construir-ser considerando o pesquisador como sujeito-objetivo da investigação como ator social e construtor do conhecimento, além da consideração a multiplicidade de vozes, de mundos, de vidas, a pluralidade epistêmica. Como consequência disso, são pensadas as questões afirmativas e identitárias.

Na emergência de pensar sua própria realidade, Sojourner Truth (“Ain't I A Woman?”, 1851) tornou-se a primeira mulher negra a proferir um discurso registrando

as opressões e violências sofridas durante sua vida, na condição de escravização. Sua fala, proferida durante a Convenção dos Direitos Humanos das Mulheres de Ohio, em Akron, é recordada sob o título “Eu não sou uma mulher”, ao relatar ter sua humanidade negada pelos escravizadores, expondo também que, mesmo seus filhos eram tidos como posse dos seus senhores, vendidos também sob as mesmas condições de escravatura. Em seu discurso, Sojourner Truth articula, com base em sua vivência, as dimensões de raça, gênero e classe numa mesma estrutura social, para denunciar o tratamento bárbaro ao qual ela e outras mulheres negras foram submetidas.

A partir da preocupação em compreender as desigualdades e a sobreposição de opressões, a advogada e ativista da igualdade de gênero e raça Kimberlé Crenshaw cunhou o termo "interseccionalidade" pela primeira vez em 1991, no artigo *Mapping the Margins: Intersectionality, Identity Politics, and Violence against Women of Color*, publicado na *Stanford Law Review*. A interseccionalidade é um conceito que ganhou popularidade na última década, podendo ser definido como uma categoria teórica capaz de abranger diversos tipos de opressões sistêmicas, além de ter extrema relevância para as pesquisas sobre gênero, raça e classe a partir de olhares de pensadoras negras brasileiras, como Lélia Gonzalez, Luiza Bairros, Sueli Carneiro e Carla Akotirene.

A interseccionalidade relaciona pautas como justiça social, questões afirmativas e identitárias, os sistemas os quais elas atravessam e as consequências impostas. Para além da raça, destaca-se que o conceito pode ser utilizado para pensar a intersecção da identidade da mulher cis, branca e lésbica, por exemplo. Ela enfrenta a opressão com base em seu gênero e na sua afetividade, embora não experimente a perversidade do racismo sistêmico pelo seu tom de pele.

No Brasil, Lélia Gonzalez também rejeitou a universalidade do pensamento ocidental (europeu) para apreender e refletir sobre questões pertinentes a nossa realidade latino-americana. Em seu artigo “Racismo e Sexismo na Cultura Brasileira” (1983), a autora evidencia as violências atravessadas por mulheres negras historicamente no país:

O lugar em que nos situamos determinará nossa interpretação sobre o duplo fenômeno do racismo e do sexismo. Para nós o racismo se constitui como a sintomática que caracteriza a neurose cultural brasileira. Nesse sentido, veremos que sua articulação com o sexismo produz efeitos violentos sobre a mulher negra em particular. (Gonzalez, 1983, p. 224).

A atribuição das identidades de mulata, doméstica e mãe preta são marcadores sociais advindos do mito da democracia racial, mas que carregam em si o seu passado escravocrata, racista, além de atrelar a mulher negra a estereótipos, ignorando suas subjetividades. Com isso, Lélia Gonzalez introduz as noções estruturantes da interseccionalidade, mesmo sem cunhar o termo, ao traduzir as experiências das mulheres negras no Brasil e como se traduzia a sobreposições de opressões.

Em "Nossos Feminismos Revisitados", Luiza Bairros (1995) critica os equívocos em definir a mulher com base em experiências tidas como universais ao estabelecer que *"a experiência da opressão sexista é dada pela posição que ocupamos numa matriz de dominação onde raça, gênero e classe social interceptam-se em diferentes pontos"*, tendo em vista que as identidades não são estáticas, se atualizando mutuamente em um mosaico, só podendo ser entendido em sua multidimensionalidade. A autora reconhece que homens também vivenciam raça, mas pontua que somente as mulheres negras são atravessadas por opressões sexistas e raciais, as quais não podem ser compreendidas como dimensões separadas.

Em seu artigo, Luiza Bairros (1995) também reflete sobre como as experiências vivenciadas em determinados períodos históricos contribuem para a formação de múltiplas identidades, considerando o contexto de cada época, e deixando para trás as discussões anteriores sobre qual identidade é primária em sofrer opressões quando designa que, do ponto de vista da reflexão e da ação política, uma não existe sem a outra dentro do sistema patriarcal que alimenta o racismo.

Sueli Carneiro (2006) propõe em seu artigo "Raça e etnia no contexto de Beijing" (IV Conferência Mundial sobre a Mulher/1995) a integração da luta do movimento negro e do movimento de mulheres, mesclando o feminismo e o antirracismo, representando uma nova identidade política, decorrente da condição específica do ser mulher negra.

Há sincronia entre os pontos de vista das autoras, mesmo advindas de trajetórias diferentes, por entenderem que o feminismo hegemônico (feminismo branco) não abarca as subjetividades das mulheres negras, função atribuída ao conceito de interseccionalidade. Sobretudo, ressalta-se a necessidade em nomearmos às diferentes formas de violência e, com isso, localizarmos tais manifestações em tudo àquilo que nos tira da condição de sujeito à condição de objeto. Sem nomes, tais violências são

encaradas e compreendidas como dados da natureza e ficam para fora do campo da crítica e, portanto, fora da atenção política.

A teoria é voltada ao exame de como as características das pessoas, majoritariamente enquanto grupo, são percebidas pela sociedade e transformadas em fatores de vulnerabilidade, ou seja, se essas pessoas sofrem mais discriminação, se seus direitos políticos são respeitados, se elas têm acesso a bens e recursos, *etc.*

Exponente do pensamento interseccional no Brasil, Carla Akotirene (2019) rejeita a competição entre os grupos excluídos e a hierarquização das opressões, assim como Patricia Hill Collins (2017). Em seu livro, “O que é interseccionalidade?”, da coleção Feminismos Plurais, ela reitera que o racismo estrutural, o capitalismo, o heteropatriarcado e o imperialismo ocidental, juntos, devem ser compreendidos sob o viés da interseccionalidade. A autora expressa:

A interseccionalidade impede aforismos matemáticos hierarquizantes ou comparativos. Em vez de somar identidades, analisase quais condições estruturais atravessam corpos, quais posicionalidades reorientam significados subjetivos desses corpos, por serem experiências modeladas por e durante a interação das estruturas, repetidas vezes colonialistas, estabilizadas pela matriz de opressão, sob a forma de identidade. Por sua vez, a identidade não pode se abster de nenhuma das suas marcações, mesmo que nem todas, contextualmente, estejam explicitadas. (...) Não existe hierarquia de opressão, já aprendemos. Identidades sobressaltam aos olhos ocidentais, mas a interseccionalidade se refere ao que faremos politicamente com a matriz de opressão responsável por produzir diferenças, depois de enxergá-las como identidades. (AKOTIRENE, 2019, p. 27-28).

Ao pautarmos à interseccionalidade, a noção de justiça social se apresenta como o objetivo principal das discussões. A interseccionalidade, enquanto ferramenta teórica e metodológica, pode ser compreendida como um conceito distante das experiências das pessoas com a injustiça ou a justiça social, podendo ser utilizada para estudar a sociedade a partir de uma lente mais atenta as diferenças de tratamento entre grupos sociais; entretanto, pode ser compreendida também como um instrumento de inclusão,

uma tentativa de captar as desigualdades e propor ações políticas que visem diminuir ou aniquilar as vulnerabilidades de cada grupo identitário.

COMUNICAÇÃO PARA CONFORMAR OU PARA TRANSFORMAR?

Em um cenário no qual a sociedade é altamente midiaticizada, o papel da comunicação assume função mais estratégica do que antes, tendo em vista que as organizações operam em um ambiente cheio de incertezas (KUNSCH, 2007). Mediante a complexidade trazida pela era digital, junto ao contexto de vigilância que surge com a internet e o poder da interatividade/participação, as ações isoladas de marketing não são suficientes para comunicar com os públicos estratégicos ligados à organização, fazendo-se necessário pensar em serviços integrados, implementação de canais efetivos de diálogo direto com os seguidores vinculados (inclusive digitais), abertura das fontes e transparência da informação, além da responsabilidade social demandada ativamente pelos públicos estratégicos. Demanda esta, que, para órgãos públicos, se aproxima mais das noções de justiça social e criação de instrumentos reparadores de desigualdades. Nesse novo contexto, “a comunicação precisa ser considerada não meramente como instrumento ou transmissão de informações, mas como processo social básico e como um fenômeno nas organizações” (KUNSCH, 2007, p. 41).

Diante de novos modos de se comunicar e acessar os públicos, “a eficácia e a efetividade do uso das mídias digitais dependem de um diagnóstico situacional correto da realidade comunicacional de uma determinada organização” (KUNSCH, 2007, p. 50), a autora defende também que a modalidade da comunicação digital deve estar inserida no composto da comunicação integrada juntamente a comunicação institucional, mercadológica, interna e administrativa.

Com o redimensionamento das relações de poder, proveniente das novas possibilidades da recepção no ambiente digital, as imagens construídas ao entorno das organizações podem vir a se fragilizar, especialmente quando as práticas organizacionais não dialogam com os discursos institucionais. Nesse sentido, Rudimar Baldissera (2008) compreende a comunicação como “processo de construção e de disputa de sentidos”, em constante processo de mudança. A partir do paradigma da complexidade de Edgar Morin, sua reflexão implica em reconhecer que a comunicação organizacional não se restringe ao âmbito do organizado, a fala autorizada, aos processos formais da organização.

Então, na perspectiva dos três princípios básicos da complexidade, Baldissera redimensiona a noção de comunicação organizacional, explicada por ele a partir de três dimensões: 1) a organização comunicada, 2) a organização comunicante, 3) a organização falada. A organização comunicada, que é a instância da comunicação que mais interessa para a compreensão desta pesquisa, representa os processos formais e, até disciplinadores, da fala autorizada. Nada mais do que uma seleção do que será dito/visto sobre a organização. A organização comunicante ocorre em grau de maior complexidade, ultrapassando a fala autorizada, podendo perturbar a ordem posta. A organização falada, trata-se dos processos de comunicação informal indiretos; aqueles que se realizam fora do âmbito organizacional e que dizem respeito à organização. (BALDISSERA, 2009).

Interessa também a este artigo a noção de imagem-conceito, que, de acordo com Baldissera (2008), tem a ver com a percepção que se constrói sobre algo/alguém, não sobre sua identidade em si. Parte da construção da imagem-conceito se dá através do processo de significação, de qualidade individual do ser humano. Entretanto, a leitura feita pelo indivíduo é marcada pelo seu lugar sociocultural, criando uma relação de interdependência dialógico-recursivas entre o receptor, sua bagagem intelectual e a leitura que ele faz sobre algo/alguém.

METODOLOGIA

O tipo de abordagem da pesquisa é qualitativo, enquadrando-se como exploratória e explicativa, a medida que objetiva “proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torna-lo mais explícito ou a construir hipóteses” (GIL, 2002, p. 41). Além do aprimoramento/exploração das ideias, o estudo em questão também se preocupa em “identificar os fatores que determinam ou que contribuem para a ocorrência dos fenômenos (...) tipo de pesquisa que mais aprofunda o conhecimento da realidade, porque explica a razão, o porquê das coisas” (GIL, 2002, p.42), se traduzindo em elementos da pesquisa explicativa, se apoiando, sobretudo, na abordagem qualitativa, ao passo que utiliza tanto os métodos qualitativos para a realização da análise dos resultados. Desse modo, a pesquisa qualitativa ocupa-se com “um nível de realidade que não pode ser quantificado, ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes (...) fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis” (MINAYO, 1995, p. 21-22).

Pesquisa bibliográfica e documental, estudo de campo e, posteriormente, análise de conteúdo foram os procedimentos realizados para a coleta, formatação e interpretação dos dados. A pesquisa bibliográfica se dá com base em leitura de livros e trabalhos acadêmicos, permitindo ampla cobertura de fenômenos (GIL, 2002). Já no que tange a pesquisa documental, “as fontes são muito mais diversificadas e dispersas. Os documentos “de primeira mão”, que não receberam tratamento analítico” (GIL, 2002, p. 46). Aqui entram os relatórios, estatísticas, *etc.* Segundo Gil, o estudo de campo “procura muito mais o aprofundamento das questões propostas do que a distribuição das características da população segundo determinadas variáveis” (GIL, 2002. p. 53).

No que se refere à análise de conteúdo (AC), trata-se da sistematização da pesquisa em 3 etapas cronológicas: pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados, inferência e interpretação. Segundo Bardin, a AC é definida por um

conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens (Bardin 1997, p.42).

Para a análise das publicações do perfil público e oficial da Prefeitura Municipal de Salvador foi estabelecido o período de 01 de maio de 2021 a 30 de abril de 2022, totalizando 130 publicações. Também foi desenvolvido um modelo de análise objetivando categorizar as imagens a partir dos referenciais teóricos-conceituais sobre a interseccionalidade e encontra-se em fase de finalização.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As opressões advindas da intersecção das identidades sociais se relacionam diretamente com as vulnerabilidades as quais mulheres negras são expostas na sociedade ainda hoje. Certamente que as novas mídias sociais e suas novas formas de gerar diálogo/interação altera o fazer de organizações privadas, de terceiro setor e governamentais, reposicionando o poder junto a grupos historicamente deslegitimados, provocando uma corrida por oferecer representatividade aos seus públicos utilizando da comunicação para ostentar seus novos posicionamentos, aparentemente mais bem alinhados as demandas sociais do presente período.

Condensando a contextualização histórica e suas repercussões no Brasil contemporâneo, constata-se que as TICs sofrem influencia epidérmica de atores

hegemonicos que, politicamente moderados ou não, utilizam da comunicação para fins de interesses próprios, visando a manutenção do *status quo* ou, ainda, a retirada de direitos garantidos juridicamente.

Destaca-se ainda, que, a etapa final desta pesquisa consiste em análise de conteúdo (AC), metodologia proposta por Lawrence Bardin (1997), se apresenta essencial para esta pesquisa, pois a etapa final de trabalho consiste na AC das publicações (imagéticas, textuais e/ou audiovisuais) com representatividade negra feminina na página oficial da Prefeitura Municipal de Salvador, na plataforma Instagram. Os resultados e análises serão, sobretudo, contrastados com as reflexões teórico-conceituais e apresentados futuramente.

REFERÊNCIAS

A cor do trabalho. Direção de Antônio Olavo. Bahia: Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte (Setre) - Governo da Bahia, 2014. Documentário (114 min.).

AKOTIRENE, Carla. **O que é interseccionalidade.** Coordenação Djamila Ribeiro. Belo Horizonte: Letramento, 2018.

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **Capitalismo e crise: o que o racismo tem a ver com isso?**. Blog da boitempo, São Paulo, 2020. Disponível em: <https://blogdaboitempo.com.br/2020/06/23/capitalismo-e-crise-o-que-o-racismo-tem-a-ver-com-isso/>. Acesso em: 26 mai. 2022.

BALDISSERA, Rudimar. **Significação e comunicação na construção da imagem-conceito.** Fronteiras: Estudos midiáticos, Rio Grande do Sul, v. 3, n. ?, p.193-200, dez. 2008.

BALDISSERA, Rudimar. Comunicação Organizacional na perspectiva da complexidade. **Organicom**, [S. l.], 2009. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/organicom/article/view/139013>. Acesso em: 14 jun. 2022.

BALDISSERA, Rudimar. **Comunicação Organizacional e Imagem-Conceito: sobre gestão de sentidos no ambiente digital.** CECS, 2017. Disponível em: http://www.lasics.uminho.pt/ojs/index.php/cecs_ebooks/article/view/2736. Acesso em: 14 jun. 2022.

BAIROS, Luiza. **Nossos Feminismos Revisitados.** Revista Estudos Feministas, Florianópolis, ano 3, no 2, 1995, pp.458-463.

BARDIN, Laurence. Análise de Conteúdo. Tradução: Luís Augusto Pinheiro. São Paulo: Edições 70, 2016.

FONSECA, J. J. S. Metodologia da pesquisa científica. Fortaleza: UEC, 2002. Disponível em: <www.ufrgs.br/cursopgdr/downloadsSerie/derad005.pdf>. Acesso em: 15 abr. 2013. NEVES, J. L. Pesquisa qualitativa: características, usos e possibilidades. Caderno de Pesquisas em Administração, São Paulo, v. 1, n. 3, 1996.

GIL, Antonio Carlos. Como Elaborar projetos de pesquisa. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GONZALEZ, Lélia. **Racismo e sexismo na cultura brasileira**. In: SILVA, L. A. et al. Movimentos sociais urbanos, minorias e outros estudos. Ciências Sociais Hoje, Brasília, ANPOCS n. 2, p. 223-244, 1983.

KROHLING KUNSCH, Margarida M. Comunicação organizacional na era digital: contextos, percursos e possibilidades. **Signo pensam.**, Bogotá, n. 51, p. 38-51, Dez. 2007. Disponível em: http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S012048232007000200005&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 14 jun. 2022.

MINAYO, M. C. S. (Org.). Pesquisa Social: Teoria, Método e Criatividade. Petrópolis: Vozes, 1995.

MORAES, Fernando. **Chatô: o rei do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala?** Belo Horizonte: Letramento; 2017. (Feminismos plurais).

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. 6. ed. Rio de Janeiro: Record, 2001. 174 p.